

**Miranilde Oliveira Neves
(Organizadora)**

**Currículo: Distintas
Abordagens Epistemológicas**

**Atena**
Editora
Ano 2019

Miranilde Oliveira Neves
(Organizadora)

**Currículo: Distintas Abordagens
Epistemológicas**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C976	<p>Currículo [recurso eletrônico] : distintas abordagens epistemológicas / Organizadora Miranilde Oliveira Neves. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-660-7 DOI 10.22533/at.ed.607193009</p> <p>1. Currículos. 2. Educação. 3. Escolas – Aspectos sociais. I.Neves, Miranilde Oliveira.</p> <p style="text-align: right;">CDD 375</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A questão curricular envolve vários processos que demandam atenção e disponibilidade por parte do professor para aderir a mudanças que ocorrem constantemente no âmbito escolar. Currículo e prática docente caminham lado a lado, afinal, é na prática que se descobrem as reais certezas ou incertezas, que posteriormente moldarão o perfil do professor. São, portanto, as metamorfoses que ocorrem a partir da escolha das propostas curriculares e as diversificadas abordagens epistemológicas que esta obra apresentará.

É inegável a impossibilidade de abarcar todas as questões existentes nos sistemas educacionais dentro das propostas curriculares, mas precisamos estar atentos para o fato de que, nos mais diferentes contextos, em especial, cultural e social, há, claramente, o interesse do currículo em compreender, a partir desses aspectos, o que realmente, nossos estudantes precisam nas escolas. O currículo não deve ser pensado apenas como uma proposta do presente. Ele marca as ações futuras e essa reflexão deve fazer parte da visão do professor formado ou em formação.

A obra apresenta vinte capítulos – cada um com aspectos que, somados, formam um som uníssono de luta por uma proposta curricular mais eficaz nas escolas, é o caso do capítulo **Currículo na Escola em uma Comunidade Tradicional Quilombola** – texto fundamental para quem deseja compreender os aspectos, diversas vezes, esquecidos nos currículos, que envolvem os fatores que constroem a formação das comunidades quilombolas. Neste capítulo, uma viagem especial a escolas de ensino fundamental de Garanhuns-PE, Nordeste do Brasil – o currículo é apresentado como vetor importante na marca do território de matriz africana, valorização das identidades que se constroem ao longo das relações e que, indubitavelmente, são responsáveis por um currículo que valoriza as diversidades.

O segundo capítulo discutirá a **Integração no Ensino Médio: Articulações Discursivas na Produção da Hegemonia** – a autora faz uma análise a partir dos discursos de integração na política curricular brasileira para o Ensino Médio, no período de 1998 a 2012, a fim de entender a produção dos discursos de integração como luta hegemônica pela significação do currículo.

Intitulado **Corpolítica: diálogos sobre Gênero, Sexualidade, Raça e Direitos com Jovens em Espaços Urbanos Periféricos no Distrito Federal**, o terceiro capítulo discute e valoriza a extensão universitária como fator preponderante na formação acadêmica, em especial, na Universidade de Brasília - UNB. O texto apresenta os resultados favoráveis à união universidade e academia, a partir da implantação de um projeto de extensão que já alcançou seu espaço na instituição desde o ano de 2016 e dele participam diferentes atores pertencentes ou não à UNB.

Com o tema **Dez Anos de Políticas Educacionais: a Escola e a Democracia no Mercosul (2005-2015)** o quarto capítulo revela o que dizem os planos de Ação do Setor Educacional do Mercosul no período estudado (2005-2015). Cidadania, democracia,

desenvolvimento social, cultura e integração foram as áreas de comparação analisadas para se chegar à compreensão das condições educacionais dos países que formam este Bloco e de como está sendo construído o processo de democratização entre eles. É, sem dúvida, um texto que permite uma reflexão mais apurada sobre o que já foi e o que ainda pode ser feito no âmbito das políticas educacionais.

Os leitores podem usufruir de um bom texto ao lerem o quinto capítulo, o qual se intitula **As Tecnologias Digitais e suas Intervenções na Conformação do Currículo Brasileiro**, os autores explicam com clareza e precisão como as tecnologias digitais influenciam na construção do currículo e para entender **As Mudanças Curriculares na Educação Física no Ensino Médio e a Preocupação com a Formação Humana**, Aline de Carvalho traz no sexto capítulo um alerta dirigido a qualquer professor da Educação Básica – Nível Médio: a necessidade de refletir sobre a formação humana integral. A autora, com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais faz uma análise sobre a importância de unir formação acadêmica e formação integral e apresenta a experiência que vivenciou, dentro desse contexto no Colégio dos Santos Anjos - Rio de Janeiro.

Ao se preocupar com a inclusão, o sétimo capítulo apresenta as **Narrativas de Inclusão no Curso de Especialização em Educação Inclusiva: Diálogos com Ivor Goodson**, o qual valoriza os percursos curriculares individuais com base em aprendizagens narrativas e não privilegia o estudo prescritivo dos conteúdos curriculares que consideram as diferenças e façam com que o professor perceba que compreender esse contexto, significa incluir no melhor sentido da palavra.

Explicitar os Aspectos da Creditação da Extensão nos Cursos de Formação de Professores, foi o foco da pesquisa de Ana Claudia Ferreira Rosa e Arlete Maria Monte de Camargo, as quais deixam explícita a necessidade de modificações nos currículos, que devem vir acompanhadas dos desafios da formação de professores – tudo isso partindo de uma reflexão sobre a creditação de extensão, assegurada no Plano Nacional de Educação e já citada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aos cursos de nível superior.

El Currículum Oculto en la Investigación Educativa – Pesquisa de Martha Marques San Martín, Revela um olhar a partir da experiência no ensino de Pesquisa Educacional em dois centros de formação de professores na cidade da Flórida, Uruguai, a fim de contribuir para a discussão sobre o currículo oculto. O estudo busca refletir o espaço de ensino de pesquisa educacional como um espaço, que desempenha diferentes posições, as quais buscam legitimar o lugar de suas concepções e a hegemonia de suas propostas.

Práticas Curriculares na Educação Rural e a Importância de uma Educação Contextualizada – este capítulo revela preocupação com a contextualização do currículo e não apenas uma obediência a conteúdos que desvalorizam, em alguns momentos, o cotidiano do estudante. O foco da pesquisa ocorreu na zona rural e as singularidades que estes precisam manter e preservar a outras gerações, por isso

a preocupação em analisar e levar respostas à sociedade sobre a importância de o professor desenvolver uma prática pedagógica que contemple os saberes necessários à educação do campo.

Analisar a **Percepção Discente sobre Estratégias de Ensino Ativo, Combinadas com Aulas Teóricas, no Ensino de Fisiologia em Curso de Odontologia** foi com este objetivo que nasceu o capítulo que valoriza estratégias de ensino possíveis de serem aplicadas em cursos de graduação e que mostram uma afinidade maior dos estudantes com a aprendizagem dos conteúdos nas aulas de Fisiologia em um curso de Odontologia.

A Construção da Identidade Étnico-Racial nas Orientações Curriculares do Estado da Bahia de Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito tenta entender como as relações étnico-raciais são trabalhadas pelas orientações curriculares para o Ensino Médio do Estado da Bahia – BA.

A Internacionalização no Campo do Currículo: Pesquisando os Colóquios Luso-Brasileiros – este capítulo apresenta a importância das práticas cotidianas para o desenvolvimento do currículo em sala de aula. Em sequência, o leitor disporá de um texto singular: **A Relação entre o Currículo da Eja no Contexto Prisional e os Processos de Ressocialização de Jovens e Adultos que estão em Conflito com a Lei** – capítulo importante para a compreensão dos fatores que podem vir a melhorar a qualidade de ensino nas turmas Eja que se encontram no âmbito prisional. Explicar as relações entre o currículo, a reprodução das desigualdades e as propostas de inclusão são o foco deste texto.

Alfabetização Dialógica: Concepções e Práticas – Este artigo tem como objetivo geral explicar maneiras que possibilitem a alfabetização, na perspectiva dialógica. A questão central é compreender quais devem ser as atitudes do professor em relação às práticas em sala, no processo de alfabetização dialógica.

Outro capítulo que continua o discurso e análise da questão curricular é **As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana e a Formação de Profissionais da Educação Básica** - O texto centra-se na formação de profissionais da educação básica a partir das Diretrizes curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) tendo como referência o currículo do curso de Pedagogia, a partir do qual foi analisada a formação de profissionais da educação básica em relação aos preceitos da Lei Nº. 11.645/2008 que alterou a LDB Nº. 9.394/1996.

O Ensino de Arte no Brasil e o Multiculturalismo e o texto **Desafios Enfrentados para Construção de um Currículo Escolar Multicultural** são dois capítulos que discutem simultaneamente a concepção do ensino de Arte nas escolas públicas no Brasil, com ênfase no multiculturalismo e sua potencialidade provocativa ao diálogo, à compreensão cultural das diferenças e à alteridade e identificar os desafios enfrentados para construção de um currículo escolar multicultural, a partir de relato de experiência, o que permite refletir sobre a realidade profissional de professores e

pedagogos e identificar desafios em dinamizar o currículo e o planejamento.

Introdução aos Estudos Culturais Africanos e Indígenas na Educação Básica do Brasil: Descolonização Curricular e Formação Docente – nosso penúltimo capítulo versa sobre a formação de professores diante das questões que envolvem as relações étnico-raciais na escola e apresenta a descolonização de ideologias presentes nos materiais didáticos, para as quais é preciso atenção, já que promovem alterações curriculares significativas na educação brasileira.

Para encerrar nosso diálogo, momentaneamente, pois as discussões sobre o currículo permanecem no cotidiano da escola, apresentamos o último capítulo intitulado **Percurso Formativo na Educação Integral: Currículo, Tempos e Espaços em Transformação**, o qual avalia as variáveis teóricas e metodológicas justapostas na construção de um percurso formativo que valoriza a Educação Integral. O texto mostra, claramente, a necessidade de implementar novas propostas formativas capazes de romper com a linearidade e com a reprodução trivial de oficinas propostas nas políticas públicas para um currículo de Educação Integral.

Espera-se que todos façam uma boa leitura.

Miranilde Oliveira Neves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CURRÍCULO NA ESCOLA EM UMA COMUNIDADE TRADICIONAL QUILOMBOLA	
Denize Tomaz de Aquino	
DOI 10.22533/at.ed.6071930091	
CAPÍTULO 2	13
INTEGRAÇÃO NO ENSINO MÉDIO: ARTICULAÇÕES DISCURSIVAS NA PRODUÇÃO DA HEGEMONIA	
Maria Gorete Rodrigues Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.6071930092	
CAPÍTULO 3	26
CORPOLÍTICA: DIÁLOGOS SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE, RAÇA E DIREITOS COM JOVENS EM ESPAÇOS URBANOS PERIFÉRICOS NO DISTRITO FEDERAL	
Gabriel Santos Pereira	
Jeferson Cardoso Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6071930093	
CAPÍTULO 4	37
DEZ ANOS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A ESCOLA E A DEMOCRACIA NO MERCOSUL(2005-2015)	
Maurinice Evaristo Wenceslau	
Débora de Oliveira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6071930094	
CAPÍTULO 5	49
AS TECNOLOGIAS DIGITAIS E SUAS INTERVENÇÕES NA CONFORMAÇÃO DO CURRÍCULO BRASILEIRO	
Rosa Maria Rodrigues Barros	
Thiago César Frediani Sant'Ana	
Marta Maria Gonçalves Balbé Pires	
DOI 10.22533/at.ed.6071930095	
CAPÍTULO 6	63
AS MUDANÇAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO E A PREOCUPAÇÃO COM A FORMAÇÃO HUMANA	
Aline de Carvalho Moura	
DOI 10.22533/at.ed.6071930096	
CAPÍTULO 7	73
NARRATIVAS DE INCLUSÃO NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIÁLOGOS COM IVOR GOODSON	
Lidnei Ventura	
Roselaine Ripa	
Rose Clér Estivaleta Beche	
DOI 10.22533/at.ed.6071930097	

CAPÍTULO 8	84
ASPECTOS DA CREDITAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Ana Claudia Ferreira Rosa	
Arlete Maria Monte de Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.6071930098	
CAPÍTULO 9	97
EL CURRÍCULUM OCULTO EN LA INVESTIGACIÓN EDUCATIVA	
Martha Marques San Martín	
DOI 10.22533/at.ed.6071930099	
CAPÍTULO 10	106
PRÁTICAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO RURAL E A IMPORTÂNCIA DE UMA EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA	
Rafaela Santos Araújo	
Jerônimo Jorge Cavalcante Silva	
DOI 10.22533/at.ed.60719300910	
CAPÍTULO 11	118
PERCEPÇÃO DISCENTE SOBRE ESTRATÉGIAS DE ENSINO ATIVO, COMBINADAS COM AULAS TEÓRICAS, NO ENSINO DE FISIOLOGIA EM CURSO DE ODONTOLOGIA	
Fernanda Klein Marcondes	
Lais Tono Cardozo	
Maeline Santos Morais Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.60719300911	
CAPÍTULO 12	130
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES DO ESTADO DA BAHIA	
Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito	
DOI 10.22533/at.ed.60719300912	
CAPÍTULO 13	141
A INTERNACIONALIZAÇÃO NO CAMPO DO CURRÍCULO: PESQUISANDO OS COLÓQUIOS LUSO-BRASILEIROS	
Jussara Cassiano Nascimento	
Ana Lisa Nishio	
DOI 10.22533/at.ed.60719300913	
CAPÍTULO 14	151
A RELAÇÃO ENTRE O CURRÍCULO DA EJA NO CONTEXTO PRISIONAL E OS PROCESSOS DE RESSOCIALIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS QUE ESTÃO EM CONFLITO COM A LEI	
Rarissa Maiara Fernandes de Lira	
Joel Severino da Silva	
Márcia Regina Barbosa	
Joaquim Luís Medeiros Alcoforado	
DOI 10.22533/at.ed.60719300914	
CAPÍTULO 15	165
ALFABETIZAÇÃO DIALÓGICA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS	
Raíssa Oliveira Everton	
Maria José Albuquerque Santos	

CAPÍTULO 16	175
AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Ana Beatriz Sousa Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.60719300916	
CAPÍTULO 17	187
O ENSINO DE ARTE NO BRASIL E O MULTICULTURALISMO	
Tauã Carvalho de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.60719300917	
CAPÍTULO 18	197
DESAFIOS ENFRENTADOS PARA CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO ESCOLAR MULTICULTURAL	
Mayara Macedo Melo	
Francisco Lucas de Lima Fontes	
Franciane Santos do Nascimento	
Fernanda Gomes do Nascimento Silva	
Geane Blenda Mendes de Andrade	
João da Conceição da Costa	
Maria das Graças Sampaio	
Suzana Lima de Sousa	
Germano Soares Martins	
Ariane Freire Oliveira	
Ilana Maria do Espírito Santo	
Mércia Cycília de França Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.60719300918	
CAPÍTULO 19	207
INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS CULTURAIS AFRICANOS E INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO BRASIL: DESCOLONIZAÇÃO CURRICULAR E FORMAÇÃO DOCENTE	
Maria Lucia Morrone	
DOI 10.22533/at.ed.60719300919	
CAPÍTULO 20	217
PERCURSO FORMATIVO NA EDUCAÇÃO INTEGRAL: CURRÍCULO, TEMPOS E ESPAÇOS EM TRANSFORMAÇÃO	
Andréia Morés	
Cineri Fachin Moraes	
Cristiane Backes Welter	
Delcio Antônio Agliardi	
DOI 10.22533/at.ed.60719300920	
SOBRE A ORGANIZADORA	229
ÍNDICE REMISSIVO	230

DEZ ANOS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A ESCOLA E A DEMOCRACIA NO MERCOSUL(2005-2015)

Maurinice Evaristo Wenceslau

Professora-pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos (UFMS) e Líder do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Direitos Difusos (LEDD).

Campo Grande – Mato Grosso do Sul

Débora de Oliveira Santos

Mestranda em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCP/UFRGS). Bacharela em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Porto Alegre – Rio Grande do Sul

RESUMO: Este texto analisa comparadamente os Planos de Ações do Setor Educacional do Mercosul, de 2005 a 2015. Neste contexto, orienta-se pelo questionamento sobre o papel da escola na formação dos cidadãos que transitam nos Países que compõem o Estado-Região, delineado pelo problema da constante instabilidade democrática entre eles. Para responder tal questionamento, nos aproximamos dos indicadores do Democracy Index (2006-2016), do The Economist United Intelligence sobre as condições democráticas desses Países. Para fundamentar as análises, elegemos como áreas de comparação: a cidadania, a democracia, o desenvolvimento

social, a cultura e a integração. Como exposição de nossas análises recorreremos ao exercício de localizar as diferenças e semelhanças no direcionamento das políticas educacionais, bem como as nuances dos/nos processos de democratização dos Países do Bloco, que acabam por identificar o papel da escola em meio a determinantes econômicas, sociais, políticas e culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Mercosul, Educação Comparada, Políticas educacionais, Integração Regional; Cidadania.

TEN YEARS OF EDUCATIONAL POLICIES: SCHOOL AND DEMOCRACY IN MERCOSUR (2005-2015)

ABSTRACT: This is a comparative study that analyzes the Mercosur Education Sector Action Plans, from 2005 to 2015. In this context, the study is guided by the question: what is the school's role in socializing citizens in Mercosur? This question is outlined by the problem of constant democratic instability among the region. To answer that question, we based the democracy quality analyzes on the Democracy Index indicators, from 2006 to 2016, from The Economist United Intelligence. To support the analysis, we have chosen as comparison areas: citizenship, democracy, social development,

culture and integration. As an exposition of our analyzes, we have located differences and similarities in the direction of educational politics, as well as the shadows of/in the processes of democratization in the countries that are part of Mercosur, which end up identifying the school role in midst of economic, social, political and cultural determinants.

KEYWORDS: Mercosur, Comparative Education, Educational Politics, Regional Integration; Citizenship.

1 | NOTAS INTRODUTÓRIAS

Buscar compreender o papel da Educação, enquanto instituição social, leva a considerar a relação entre a manutenção dos processos educativos e a manutenção da própria sociedade, diante de uma variação espaço-temporal. A Educação reflete tanto as condições desse tempo e espaço de existência, como também introjeta dentro da sua instituição escolar as necessidades e demandas que a sociedade enfrenta diante dessas novas configurações.

Assim, diante de um contexto de regionalismos e globalização, mudanças são percebidas nas relações entre Estados, entre Estado e sociedade e entre sujeitos sociais, causando efeitos também na Educação. A globalização abrangeu espaços sociais diversos, influenciando em campos econômicos, culturais, sociais, ambientais, comunicacionais e políticos. Foram amplos os impactos trazidos por este contexto, iniciado principalmente no fortalecimento de políticas neoliberais durante o século XX no empreendimento à expansão capitalista frente à atuação socialista e social democrata, resultando em influências na relação sociedade-Estado.

Sempre houve um enorme debate sobre como a sociedade e o Estado relacionam-se, qual deveria subordinar o outro e qual encarnar os valores morais mais elevados. [...] [Mas] o paradigma clássico, fundado na reflexão sobre a sociedade nacional esta sendo subsumido formal e realmente pelo novo paradigma, fundado na reflexão sobre a sociedade global. O conhecimento acumulado sobre a sociedade nacional não é suficiente para esclarecer as configurações e os movimentos de uma realidade que já é sempre internacional, multinacional, transnacional, mundial ou propriamente global. (IANNI, 2007, p. 239).

Como a Educação reflete, necessariamente, aspectos do tempo e do seu espaço de manifestação, comumente relaciona as expectativas do Estado na formação dos seus cidadãos, bem como as demandas da sociedade civil quanto à formação de sujeitos. É o contexto que define o projeto social do Estado para Educação e que tipo de Educação o Estado quer que forme seus cidadãos. “Dito de outra forma, a sociedade moderna elege a instituição escolar como meio de tornar o projeto social em projeto educativo, isto por ser lugar de cultura, de inculcação ideológica, de produção e reprodução” (MARQUES e SILVA, 2014, p. 229).

Sob estas perspectivas é que este trabalho teve como objeto analisar de que maneira a escola foi articulada dentro do Mercado Comum do Sul (Mercosul) para

responder às questões democráticas do bloco. Para tanto, estipulamos como objetivo geral da pesquisa analisar a função social da escola a partir das políticas educacionais do Mercosul, buscando, por meio do estudo comparado, compreender se a partir dos documentos é traçada uma relação entre a formação educacional e as perspectivas da democracia regional.

Apresentou-se como hipótese de que, diante de processos de recente redemocratização em grande parte dos Países da América do Sul, estaria presente um forte discurso de democratização escolar, como forma de fortalecer a solidificação dos projetos de Estado Democrático nos Estados-Membros do Mercosul por meio da formação de cidadãos para a democracia, ou seja, a presença nas políticas educacionais de uma função social da escola em formar cidadãos para a democracia.

Para tanto foi utilizado o método do estudo comparado, traçando-se como campo analítico os documentos das políticas educacionais do Setor Educacional do Mercosul (SEM), amparados nos indicadores do Democracy Index, disponibilizados para download, no sítio do The Economist United Intelligence, acerca das democracias regionais, ambos restritos ao período de 2005 a 2015. A análise, iniciada com fontes documentais, foi construída em diálogo com fontes bibliográficas.

Nas sessões a seguir, o trabalho apresenta as coordenadas metodológicas utilizadas para delinear a pesquisa realizada, uma análise sobre as questões democráticas no Mercosul e sobre a Educação nos documentos do Estado-região, analisando, por fim, as questões da função social da escola mercosulina diante dos processos de democratização regional, em forma de estudo comparado.

2 | CONTORNOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Buscando compreender a função social da escola diante da democracia no Mercosul, empregamos as contribuições de Enguita (2001) a respeito das funções sociais da escola, dentre as quais é enumerada a formação de cidadãos. O autor define as perspectivas de relação entre a escola e a sociedade, apontando que:

La escuela es una institución multifuncional que desempeña distintos cometidos en relación al sistema social global o sus subsistemas más relevantes [...] que se desarrollan en relación con las esferas del Estado, la economía, el resto de la sociedad civil y la formación de consenso social en torno al orden global. (ENGUITA, 2001, p. 29).

Ainda em Enguita (2001), encontramos a definição do espaço escolar como uma microsociedade, por meio da qual a estrutura geral do Estado aparece representada em um microssistema (de autoridades, de governo, de instituições econômicas, de interação social, dentre outras). Portanto, a investigação dos documentos educacionais leva em consideração que o espaço escolar se institui como uma particularidade, não só devido à reprodução dos sistemas macrossociais em um espaço microssocial, mas também pela demonstração de demandas exteriores pelos seus instrumentos

indutores, como as políticas educacionais e as políticas curriculares.

Nesse sentido, a projeção tomada pelos documentos das políticas educacionais é significativa, tendo em vista que produzem e reproduzem objetos dos mais variados universos, como o econômico, o social e o cultural, inserindo-os nas fronteiras da formação humana. Consideramos que as políticas educacionais detêm “espaço privilegiado de reconstituição das ideologias ou mentalidades educativas subtraídas a uma projeção particular, oficial” (SILVA, 2016, p. 214), e analisa-los quanto ao objeto democracia permite evidenciar o quê o discurso oficial projeta ao futuro democrático.

Para tanto, considerando-se o objeto de pesquisa, elegemos o estudo comparado como metodologia neste trabalho; analisando, comparadamente, as políticas educacionais desenvolvidas ao longo dos últimos dez anos no Mercosul, avaliando-as em relação aos indicadores de qualidade democrática. O estudo comparado busca observar de que maneira essas perspectivas em comparação demonstram sentido histórico ao período e ao local nas quais se deram, isto é uma leitura espaço-temporal das condições em análise.

[...] o que parece mais significativo nesse processo é a capacidade de o estudo comparado instituir-se em uma pluralidade de perspectivas, abordagens e metodologias ao mesmo tempo e indicar limites para compreensão dos fatos ou fenômenos educativos que compara, apresentando-se como um importante instrumento de conhecimento e de análise da realidade educativa. (SILVA, 2016, p. 213)

As fontes são as políticas educacionais do Mercosul. Essas políticas são resultado final da agregação de contextos de influência, de produção e de prática, que se relacionam com o processo de formulação, instituição e efetivação de formas distintas, em diferentes pesos e medidas, pela “própria natureza da política, ela em si é um ato político” (Yang, 2015, p. 326).

Para auxiliar o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados critérios de inclusão/exclusão, a partir das categorias democracia, cidadania, desenvolvimento social, cultura e integração. Quanto às categorias, estas foram operacionalizadas em técnicas de documentação, para coleta, organização, sistematização e exploração dos documentos (SEVERINO, 2007), em um itinerário de documentação envolvendo “*data management, reading and memoing, description, classification and interpretation and representation*” (NKANSAH & CHIMBWANDA, 2016, p. 67).

Com a organização e documentação das categorias, os documentos foram analisados considerando as categorias de análise e a sua incidência em relação aos eixos circunstanciais que os documentos apresentavam, em especial em relação à política democrática. Por meio desses pontos, fomos ao encontro das semelhanças e diferenças presentes nos documentos, buscando analisar se evidenciavam uma função social à escola.

3 | SITUANDO AS ANÁLISES: A CRIAÇÃO DO MERCOSUL E DO SETOR EDUCACIONAL NO BLOCO – PERSPECTIVAS POLÍTICO-ECONÔMICAS

Na América do Sul, no final da segunda metade do século XX, ocorria o trânsito dos regimes totalitários para os governos democráticos, e, com a reestruturação institucional, a redemocratização era balizada pelas crises econômicas deixadas pelos governos anteriores. Este foi o cenário que caracterizou a criação do Mercosul, em 1991, com o objetivo de integrar a economia regional, a fim de promover o fortalecimento e a proteção das economias nacionais dos Estados-Membros frente aos efeitos negativos da mundialização dos mercados (SOARES FILHO, 2009), o Mercosul se ateu às questões econômicas por boa parte da década de 90. Mesmo desenvolvendo projetos e setores institucionais voltados aos direitos sociais, eram os setores econômicos que encontravam maior comunicabilidade intragovernamental.

A ideia desenvolvimentista e a abertura dos mercados foram as principais justificativas institucionais à presença do Mercosul na região, trazidas lado a lado com a Justiça Social; mas sem que esta alcançasse o mesmo espaço que a produtividade econômica regional. Para os Estados-Membros, o Mercosul era uma saída coletiva à obtenção de paz e desenvolvimento econômico-social (LAFER, 2000), mas “[...] não implica[va], necessariamente, menores disparidades socioeconômicas” (HUNTINGTON, 1994, p. 43).

[...] apesar de manter um PIB com mais de U\$ 3 trilhões, o MERCOSUL é formado por países com grandes desigualdades sociais e que enfrentam grandes problemas para diminuir as mazelas da sua população. A redução dessas assimetrias só ocorrerá se forem adotadas políticas públicas de distribuição de renda, geração de emprego, melhoria na saúde, educação e acesso ao saneamento básico. (CABRAL, ANDRADE e WANDERLEY JÚNIOR, 2013, p. 126)

Entretanto, conforme indica a literatura da Ciência Política, as condições democráticas e econômicas do Mercosul ainda são frágeis, tanto em relação às condições nacionais nos Países do bloco, quanto a em relação à representatividade e à participação nas decisões dentro dos próprios mecanismos institucionais do Mercosul (RIBEIRO e ANDRADE, 2015).

Para ilustrar as condições democráticas da região, apresentamos os dados do Democracy Index, dos últimos dez anos. Conforme observa-se na tabela abaixo, os indicadores de qualidade democrática explicitam um déficit democrático comum entre os Países do bloco, com exceção do Uruguai. Essa deficiência explicita que condições básicas às democracias contemporâneas, como a estruturação de um sistema político, a liberdade política, os direitos civis e a cultura política, não estão estabelecidas em patamares expressivos.

ANO/POSIÇÃO DO PAÍS	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI	VENEZUELA
2006	54	42	71	27	93
2007	54	42	71	27	93
2008	56	41	66	23	95
2010	51	47	62	21	96
2011	51	45	62	17	97
2012	52	44	70	18	95
2013	52	44	70	17	97
2014	52	44	71	17	100
2015	50	51	71	19	99
2016	49	51	72	19	107

Tabela 1. Dados indicadores do Democracy Index: ranking mundial das democracias, no período de 2006 a 2016.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Democracy Index, 2017.

Além disso, os indicadores também evidenciam uma significativa lacuna entre a qualidade democrática dos regimes políticos entre os Estados do Mercosul. Percebe-se, inclusive, que com o passar dos anos, e com ênfase no último levantamento disponibilizado em 2016, que a margem de distância entre as democracias regionais só se alarga. Esse alargamento, inclusive, cria entraves no próprio relacionamento dos Países do bloco, como, por exemplo, ocorreu com o caso da suspensão da Venezuela, ocorrido em 2016, em virtude da ruptura com a cláusula democrática do Protocolo de Ushuaia Sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile (1998).

À parte da discussão sobre a democracia dos Estados-membros do Mercosul, há a própria institucionalidade do bloco. Nesse âmbito é que opera o SEM, criado ainda em 1991, o Setor foi um expoente das questões dos direitos sociais dentro do Mercosul. O documento que instituiu as discussões educacionais, assinado pelos ministros da Educação dos respectivos Países (Decisão n. 7/1991), teve origem anterior a qualquer outro instrumento de vínculo interinstitucional. O SEM tem como objetivo a coordenação das políticas educacionais dos Países-Membros, tanto em aproximação cultural quanto no intercâmbio de recursos humanos. As políticas educacionais do Mercosul geravam compromissos com os Estados signatários, a partir dos quais as ações programáticas são executadas e avaliadas pelo Plano de Ação seguinte, sendo a maioria delas relacionadas com a troca tecnológica e desenvolvimentista dos Países da região.

A função do SEM é a de contribuir com a construção da integração regional. Sua criação faz parte de uma estratégia comum de desenvolvimento e apoia-se no discurso ideológico que atribui à formação deste bloco a construção de um novo marco econômico e social [...]. Portanto, os planos educacionais do SEM [...] busca[m] otimizar a proposta de integração regional condizente com os objetivos econômicos dos países que compõem o MERCOSUL. (BARBOZA, 2009, p.57-58).

Durante a década de 90, as ações do SEM não se distanciaram das disposições oficiais, com conteúdo e discurso vinculados à abertura econômica liberal. Apesar

da relevância em propor planejamentos que descentralizavam as atividades das políticas educacionais, o foco era na formação de recursos humanos, de mão de obra especializada. A priori, o papel da Educação ao Mercosul se apresenta como subsidiário. Mesmo assumindo relevância particular diante dos demais setores relacionados aos direitos sociais, as expectativas quanto ao desenvolvimento econômico e as condições de competitividade das econômicas nacionais ainda eram muito presentes nos documentos educacionais, que assumiam um caráter de estratégia.

Esse caráter passou, pouco a pouco, por reformulações, com diretrizes mais objetivas para as ações programáticas apresentadas. Os documentos se tornaram mais robustos entre os anos de 2006 e 2015, e apresentaram melhor seus objetivos, não mais restritos às intenções da corrida econômica, mas agora também ligados às questões do desenvolvimento humano, da interculturalidade regional, da integração regional e dos direitos humanos (WENCESLAU e OLIVEIRA SANTOS, 2017). Entretanto, como aponta Gadotti (2007), esse desenvolvimento qualitativo do corpo documental, não é acompanhado pela definição dos seus endereçamentos/endereçados; isto é, não fica claro para quem se objetiva a formulação de uma integração regional.

Essa vagueza se torna o principal ponto de sensibilidade nos documentos educacionais da região, que não conta com um sistema de coesão para as questões supranacionais (NOGUEIRA, 2008). Muito embora a avaliação de Gadotti (2007) tenha como base apenas o lapso temporal de 1991 a 2005, a problemática, que se torna ora diminuída, volta a estar presente quando observada a mais recente publicação do SEM, referente ao Plano de Ação de 2016-2020. No Plano de Ação referente à 2016 a 2020, o corpo textual se resume a um planilhamento de ações programáticas, sem disposições introdutórias ou referências aos resultados obtidos, tampouco referências ao contexto educacional atual.

O que se observa ao longo dos mais de vinte anos do SEM, é que, embora as políticas expressas pelos Planos de Ações tenham se redesenhado em novos tradutores políticos para a Educação, elas ainda não apresentam uma consistência formulativa, nem programática, tampouco apresentam eixos dialógicos com os órgãos nacionais de maneira em que a efetivação possa ser observada em relatórios (WENCESLAU e OLIVEIRA SANTOS, 2017).

4 | ANALISANDO OS DADOS: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS (2005-2015)

Para execução da pesquisa foram definidos como fronteiras do campo analítico os documentos de políticas educacionais do SEM, do Mercosul, entre os anos de 2005 e 2015, e os dados indicadores sobre as condições democráticas dos regimes políticos dos Países-membros efetivos do bloco mercosulino, entre os anos de 2006 a 2016.

A partir dessas delimitações, ficaram estabelecidos como eixos de análise comparada os três Planos de Ação do período correspondente: 2001-2005, 2006-2010

e 2011-2015. Esses documentos foram organizados, documentados e analisados de acordo com excertos que correspondessem às categorias de cidadania, democracia, desenvolvimento social, cultura e integração. Levantadas as incidências das categorias, buscamos semelhanças e diferenças na articulação das categorias frente às condições circunstanciais apresentadas pelos documentos, em relação à realidade contextual do bloco, dando ênfase às questões democráticas e buscando analisar se os documentos evidenciavam uma função social à escola.

O primeiro documento analisado foi o Plano de Ação de 2001-2005. Foi o primeiro documento do Mercosul a contar com uma especificação formulativa, sendo que o padrão inaugurado por ele se manteve nos documentos seguintes. Embora o documento se inicie apresentando-se como um processo reflexivo, racional, participativo e aberto do SEM com os demais setores, institucionais e sociais (MERCOSULA, 2001), não há as metodologias de sua elaboração (audiências públicas, conselhos, conferências etc). O termo “democracia”, não aparece no documento. Enquanto que as categorias cidadania, desenvolvimento social, cultura e integração aparecem, quase que majoritariamente, conectadas ao favorecimento de um processo de integração regional (MERCOSULA, 2001), atribuindo a função social da escola à arquitetura e manutenção do bloco regional. A escola, no contexto documental, serve à formação de cidadãos com uma consciência favorável à integração. Nesse sentido, a culturalidade do espaço escolar serve ao condicionamento da aceitação do bloco.

O segundo documento, o Plano de Ação 2006-2010, mesmo já apresentando os contextos e circunstâncias do momento da sua formulação e distinguindo-se do anterior ao apresentar sob quais metodologias sua elaboração levou em consideração a participação da sociedade civil, ainda aborda uma função social da escola restrita à aceitação do processo integracionista. No Plano de Ação 2006-2010 encontramos a ideia de “formação favorável à integração regional”, quando são mencionadas as categorias de cultura, cidadania e integração. Esse ponto, porém, é uma contradição.

Essa formação de uma consciência favorável à integração é o que Enguita (2001) aponta como uma inculcação de valores dentro do sistema educacional, por meio da qual regimes políticos geram consensos em torno de si mesmos, buscando formas de se estabelecer. No caso do estudo, trata-se de formas de se estabelecer a instituição regional, antes mesmo de que um regime político comum. Esses dados reiteram os indicadores dos anos de 2006 a 2010, que apontam para condições democráticas que já exibiam distâncias significativas entre si, mesmo com uma sutil melhora da qualidade democrática na Argentina, Paraguai e Uruguai no final desse quadriênio.

Da mesma forma, outros pontos ganham destaque, como a “Promoção de uma formação específica para a integração”, articulada à “Visibilidade e divulgação dos resultados e benefícios da integração educacional” (MERCOSULb, 2006), que apresenta natureza propagandista sobre os aspectos positivos da integração, em detrimento da consecução de espaços públicos de discussão sobre Educação regional e sobre o próprio processo de integração regional. O contexto hegemônico,

aparentemente ausente dos documentos das políticas educacionais em análise, se apresenta reformulado por meio de elementos linguísticos que seriam, em um primeiro momento, contra hegemônicos.

Essa perspectiva é redesenhada nas propostas do Plano de Ação de 2011-2015. O Plano de 2011 apresenta reformulações importantes quanto ao conteúdo, distanciando-se da formação de consensos e aproximando-se de propostas para construção de canais de comunicação entre as experiências nacionais, mais democratizantes que os anteriores. Aponta, por exemplo, como ação programática “Fortalecer a organização institucional para a gestão democrática da escola pública, garantindo a participação de todos os atores envolvidos na vida escolar”, tendo como núcleo articulador “escola-família-comunidade” (MERCOSULc, 2011, p. 29).

A proposta segue apresentando programas específicos e resultados, cabendo destacar a seguinte disposição: “A.1.1. Promover a implementação e fortalecimento dos órgãos de participação escolar com modelo definido por cada país, com princípios orientadores comuns.” (MERCOSULc, 2011, p. 29), cujo resultado apresentado é positivo, mas sem detalhamento sobre quais seriam os pontos comuns entre os Países, nem de que forma os órgãos de participação escolar foram estabelecidos. Essas lacunas informacionais são as deficiências ora apontadas por Gadotti (2007), e que ainda se constituem como elementos presentes nas políticas educacionais regionais. Ressalta-se também que os indicadores de qualidade democrática mais se distanciaram do que se aproximaram no período de vigência deste Plano.

Em suma, observamos muito mais a presença de discursos economicizantes e consensualistas do que democratizantes no discurso oficial dos documentos. O documento de 2001 relaciona a Educação com a garantia de mobilidade social e econômica e vincula a política educacional ao desafio de contribuir com a consolidação do bloco em condições que favoreçam a integração econômica, social e cultural, nesta ordem. Já o documento de 2006 relaciona a Educação com a irreversibilidade do processo de integração regional, e avalia sua importância de acordo com os indicadores externos que apresentam as condições de desigualdade social na região. Por fim, o documento de 2011, embora se constitua como o mais democratizante, distinguindo-se dos demais, não leva o contexto de incipiência política e econômica em consideração (MERCOSULc, 2011), como ocorre nos demais documentos, restando dissociado da realidade na qual se projeta.

São esses os contornos que foram dados ao microsistema escolar regional nos últimos dez anos, e que reproduzem em algum grau tanto as condições do macrosistema social quanto as demandas apresentadas nesse macrosistema. Como se observa, a democratização e a participação nos espaços escolares são objetos diminutos, tal como a própria participação da sociedade civil nas esferas institucionais do Mercosul (RIBEIRO e ANDRADE, 2015). Além disso, as políticas educacionais são por vezes instrumentos indutores de demandas externas, o que podemos observar pela própria economicidade das propostas educacionais relacionadas à interlocução com

o setor produtivo, com a responsabilização dos próprios educandos com a superação situação de pobreza e a relação entre Educação e mobilidade socioeconômica (MERCOSULa, 2001).

Dessas análises, percebe-se que, mesmo em um contexto de interdependência entre a integração regional e a qualidade democrática dos países integrantes, conforme apontado pela literatura (RIBEIRO e ANDRADE, 2015; SCHMIDT, 2007), as políticas educacionais não estão voltadas à formulação de respostas às questões das deficiências democráticas apresentadas pelo Mercosul. A agregação de resultados positivos nos indicadores democráticos por determinados Países e por outros não, revela-nos que as políticas educacionais democratizantes têm sido desenvolvidas por meio das políticas nacionais e não de políticas regionais.

Essas questões tornam-se ainda mais pertinentes quando avaliadas em relação a outras áreas de atuação do SEM. Como parte da literatura aponta (SILVEIRA, 2016; PERROTA, 2014; CASTRO, 2014), as políticas regionais de Ensino Superior, de mobilidade acadêmica e de reconhecimento de títulos e de carreiras foram fortemente debatidas e instaladas entre os Países do bloco, por meio do SEM. Entretanto, demais políticas educacionais, relacionadas, por exemplo, à democracia na Educação, não encontram a mesma aderência no espaço regional. Esse comparativo evidencia principalmente que as questões relacionadas mais ao desenvolvimento social do que ao desenvolvimento econômico não encontram o mesmo espaço de articulação nas prioridades da Educação no Mercosul.

O que observamos com a comparação entre os documentos é que mesmo com reformulações de discursos e intertextualidades, vinculando as propostas educacionais à emancipação e a fatores contra hegemônicos, a implementação das propostas democratizantes ainda não detém clareza nem objetividade, abrindo espaço às questões economicizantes, como a formação e intercâmbio de recursos humanos especializados, mais objetivas e facilmente implementadas, do espaço regional para o espaço nacional.

5 | NOTAS FINAIS

A escola é uma instituição social multifuncional, por meio da qual inúmeros setores e instituições sociais imprimem e introjetam demandas para persecução de planos políticos, ideológicos. Nesse sentido, em grande parte das políticas educacionais, principalmente nos últimos anos, é possível verificar uma inculcação de valores, competências, práticas e projetos, que, muitas vezes, são endereçados às demandas de outros setores.

Ao analisarmos comparadamente os documentos das políticas educacionais do Mercosul nos últimos dez anos, buscamos evidenciar de que maneira as questões democráticas eram trazidas à discussão nos documentos, analisando sinais de uma

função social da escola quanto à formação dos cidadãos mercosulinos.

A recente redemocratização dos Países que compõem o bloco não foi combustível à formulação de políticas educacionais também democratizantes; levando à conclusão de que os processos de redemocratização regionais estavam e ainda estão muito mais relacionados à estabilidade econômica e à corrida econômica mundial do que ao estabelecimento qualitativo de um regime democrático.

Foi possível observar, por meio do estudo comparado, que não havia muitos endereçamentos democratizantes nas políticas educacionais mercosulinas no recorte temporal, mas sim a presença de arquétipos pré-estabelecidos de uma cidadania já favorável ao processo de integração regional. Ressaltamos que se ao longo dos últimos dez anos houve um avanço na qualidade democrática em alguns Países do bloco mercosulino, enquanto em outros não, mas isso parece ser um fator mais relacionado às políticas nacionais e do que às regionais.

Observamos que o projeto social mercosulino, transformado em um projeto educativo, está muito mais atrelado à constituição de uma hegemonia político-econômica do bloco e as economicidades proporcionadas pelos elementos educacionais, como a formação e o intercâmbio de recursos humanos especializados, do que com a necessidade de estabelecimento de uma qualidade democrática ou de um equilíbrio qualitativo no sistema político; mesmo que esses fatores sejam importantes à própria condição de existência de um projeto de integração regional. Sem um projeto social e político claramente comprometido com a democracia na região, por consequência, a função social da escola no Mercosul está muito mais próxima do sistema econômico do que da cidadania e da democracia.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, M. J. **Política de educação nos planos do setor educacional do Mercosul: a educação como elemento de integração e desenvolvimento regional.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2009.

CABRAL, C. H. P. L., ANDRADE, M. T. S., WANDERLEY JÚNIOR, B. A Integração que deu certo: o Mercosul social e a efetivação dos direitos fundamentais. **Revista FSA**, v. 10, n. 4, p. 115-132, out/dez 2013.

CASTRO, R. C. M. L. Percepções sobre o Setor Educacional do Mercosul e a sua Atuação Visando à Integração entre Países por meio da Educação Superior Universitária. **Revista Cadernos PROLAM/USP**, v. 13, n. 25, p. 53-73, 2014.

ENQUITA, M. F. **La escuela a examen: un análisis sociológico para educadores y personas interesadas.** Madrid: Pirâmides, 2001.

GADOTTI, M. **O Mercosul educacional e os desafios do século 21.** Brasília: INEP, 2007.

HUNTINGTON, S. **A terceira onda: a democratização no final do século XX.** São Paulo: Ática, 1994.

IANNI, O. **Teorias da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- LAFER, C. O cenário mundial e o relacionamento União Européia/MERCOSUL. **Revista Política Externa**, v. 9, n. 1. p. 113-119, 2000.
- MARQUES, A. R., SILVA, F. C. T. Os processos de reestruturação neoliberal e a relação escola e currículo. **Quaestio**: Revista de Estudos de Educação, v. 16, n. 1, p. 225-242, maio 2014.
- MERCOSUL.[Setor Educacional do MERCOSUL]. **Plano Estratégico do Setor Educacional do MERCOSUL (2001-2005)**. [2001]. Disponível em: <http://edu.mercosur.int/pt-BR/>. Acesso em: 01 jul 2019.
- MERCOSUL. [Setor Educacional do MERCOSUL]. **Plano Estratégico do Setor Educacional do MERCOSUL (2006-2010)**. [2006]. Disponível em: <http://edu.mercosur.int/pt-BR/>. Acesso em 01 jul 2019.
- MERCOSUL. [Setor Educacional do MERCOSUL]. **Plano do Setor Educacional do MERCOSUL (2011- 2015)**. [2015]. Disponível em: <http://edu.mercosur.int/pt-BR/>. Acesso em 01 jul 2019.
- NKANSAH, L. A., CHIMBWANDA, V. Interdisciplinary Approach to Legal Scholarship: A Blend from the Qualitative Paradigm. **Asian Journal of Legal Education**, v. 3, n. 1, p. 55-71, jan. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2322005815607135>. Acesso em: 01 jul 2019.
- NOGUEIRA, V. M. R. Direitos e cidadania nos processo de integração regional: o caso do MERCOSUL. *In*: BOSCHETTI, I., et al (org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87-108.
- PERROTA, D. El regionalismo de la educación superior en el MERCOSUR como vector de internacionalización: un acercamiento desde la política regional de acreditación. **Revista Latinoamericana de educación comparada**, v. 5, n. 5, p. 68-92, 2014.
- RIBEIRO, A. C. A., ANDRADE, M. T. S. (2015). A construção da democracia regional no processo de integração desenvolvido no Mercosul. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, v. 31, n. 1, p. 9-34, jan/jun 2015.
- SCHIMDT, R. V. **O Mercosul e a democracia no processo de globalização econômica**: o contexto da construção da cidadania pós-nacional e de formas de ação política efetiva. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2007.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, F. C. T. Estudos comparados como método de pesquisa. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, p. 209-224, jan/mar 2016.
- SILVEIRA, Z. Setor educacional do MERCOSUL: convergência e integração regional da educação superior brasileira. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 21, n. 3, p. 901-927, ago/nov 2016.
- SOARES FILHO, J. Mercosul: surgimento, estrutura, direitos sociais, relação com a Unasul, perspectivas de sua evolução. **Revista CEJ**, v. 13, n. 46, p. 21-38, jul/set 2009.
- SOUSA SANTOS, B. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- WENCESLAU, Maurinice Evaristo, OLVEIRA SANTOS, Débora de. Uma análise das políticas educacionais no Mercosul: o papel da escola diante da democracia mercosulina (2005-2015). *In*: III Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares, 2017. **Anais...**, Praia, Cabo Verde. 2017. p. 1-15.
- YANG, R. Comparações entre Políticas. *In*: BRAY, M., ADAMSON, B., MASON, M. (orgs.). **Pesquisa em Educação Comparada: abordagens e métodos**. Brasília: Liber Livro, 2015. p. 319-343.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem Narrativa 73, 74, 75, 76, 79, 82

C

Cidadania 30, 32, 37, 40, 44, 47, 48, 52, 57, 61, 66, 69, 133, 140, 164, 193, 201, 202, 212, 220, 225

Corpolítica 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35

Currículo Narrativo 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82

D

Democratização 35, 37, 39, 45, 47, 49, 115

Desigualdades 3, 30, 41, 54, 138, 151, 153, 154, 155, 158, 163, 179, 181, 185

Diálogo 3, 4, 20, 39, 84, 94, 101, 107, 108, 112, 114, 122, 145, 146, 148, 187, 193, 194, 195, 196, 205, 215, 225

Diretrizes Curriculares 16, 20, 21, 24, 61, 67, 86, 93, 95, 134, 155, 158, 161, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 185, 200, 204, 212, 215, 218, 227

Discurso 1, 4, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 39, 40, 42, 45, 58, 63, 71, 105, 136, 145, 147, 177, 190, 191, 192, 199, 211

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 28, 30, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 125, 127, 128, 130, 132, 133, 134, 138, 140, 146, 147, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 169, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229

Educação Comparada 37, 48

Educação Contextualizada 106, 107, 111, 113, 114, 115, 116, 117

Educação Física 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 133, 226

Educação Rural 106, 107, 108, 113, 115

Ensino Ativo 118, 120, 121, 125, 126

Ensino de Arte 187, 194, 196

Ensino Médio 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 107, 116, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 139, 140, 156, 160, 188, 189, 209, 210, 219, 229

Escola Quilombola 1, 7, 9

Estratégia 17, 22, 42, 43, 84, 92, 114, 118, 122, 124, 125, 126, 127, 179, 205, 220

Extensão Universitária 26, 27, 29, 32, 33, 35, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 95

F

Fisiologia 118, 120, 121, 122, 123, 125, 126

Formação de professores 2, 4, 5, 9, 12, 61, 81, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 93, 94, 95, 180, 181, 184, 186, 187, 192, 207, 211, 215, 223, 225

Formação humana 18, 19, 40, 63, 64, 68, 69, 71, 91, 133

G

Gênero & Sexualidade 26

H

Hegemonia 13, 14, 21, 22, 23, 47, 191, 208

I

Inclusão 7, 40, 54, 57, 58, 61, 69, 71, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 111, 130, 139, 147, 151, 153, 155, 159, 163, 174, 176, 179, 180, 181, 184, 185, 204, 214, 215, 219, 225, 229

Integração 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 37, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 57, 58, 61, 118, 153

Integração regional 37, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

Internacionalização 52, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149

Interseccionalidade 26, 31

M

Mercosul 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

Multiculturalismo 9, 138, 143, 149, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 202, 205, 214

O

Organização pedagógica 106, 110, 111

P

Política curricular 13, 14, 15, 16, 17, 22

Políticas educacionais 37, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 85, 109, 111, 180, 219, 220

Prática pedagógica 1, 2, 4, 8, 10, 11, 17, 107, 112, 114, 115, 178, 182, 184, 186, 206, 215

Práticas curriculares 6, 54, 55, 77, 83, 106, 107, 109, 110, 131, 133, 139, 152, 153, 155, 158, 159, 161

R

Reflexividade 49

Relações étnico-raciais 130, 136, 138, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186,

204, 206, 207, 209, 212, 215

T

Tecnologia 18, 19, 20, 49, 56, 58, 91, 111, 112, 133, 166, 167, 229

U

Universidade 1, 2, 7, 13, 14, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 35, 37, 47, 48, 63, 73, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 106, 120, 141, 142, 143, 149, 151, 165, 174, 175, 176, 185, 186, 197, 203, 206, 207, 215, 217, 218

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-660-7

